

# Texto será parlamentarista; adversários admitem derrota

Janio de Freitas

## O risco da assinatura

O ministro Bresser Pereira considerou até a semana passada, e o assegurava com ênfase, que o projeto das Zonas de Processamento de Exportação fora abandonado pelo Planalto, por falta de seus argumentos em reunião que teve com o genro do presidente Sarney, Jorge Murad, e o empresário-economista Miguel Ethel, entre outros. Tornava-se como manifestações de idiosincrasia as informações sobre a persistência do projeto, patrocinada e considerada por Murad, com os demais circundantes do presidente, de importância maior do que a opinião e, se necessário, até mesmo a permanência do ministro da Fazenda.

Na semana passada, o ministro soube por seu colega José Hugo Castello Branco, mas através dos jornais, que o projeto das ZEP ficou concluído e o presidente admite recorrer ao decreto-lei para impô-lo. Em seguida, constatou que os patrocinadores do projeto continuam sendo Murad e Ethel. As informações não eram idiosincrasias e as supostas idiosincrasias não se confundiram com informações, portanto.

A maior clareza que o ministro tenha adquirido sobre o Planalto e certos jornalistas é insuficiente, porém, diante do risco que dele se avizinha. Como o projeto das ZEP, que atende a interesses vultosos e nem todos confessáveis, isenta os beneficiários de impostos de exportação e licença de importação, em princípio o decreto-lei teria que ser assinado também por Bresser Pereira. Pessoas insuspeitas de idiosincrasia anti-governamental, porque integrantes do governo, têm a convicção de que a cobrança desta assinatura é uma arma preparada pelo Planalto para, de repente, embarcar Bresser. Ou tentar desembarcá-lo de ele. E, literalmente, o risco da assinatura.

A situação do ministro, porém, mudou muito nos últimos dias. Ao movimento iniciado por Mário Covas no PMDB, em defesa de Bresser e de sua proposta para a dívida externa, juntaram-se parlamentares do PFL, do PDS e do PSB. E na imprensa há mudanças importantes também, com maior cautela no exame da proposta.

### Duas perguntas

Aos que sustentam que o presidente Sarney não tem corrompido a soberania da Constituinte, cabe perguntar:

— Caso Sarney se mantivesse fiel ao compromisso do mandato de quatro anos, a duração do mandato teria sido ingrediente tão forte, como tem sido, no impasse em torno do futuro sistema de governo do país?

— Caso Sarney, que durante a longa vida de deputado e senador era adepto do parlamentarismo, continuasse a sê-lo agora que ocupa a Presidência, a Constituinte teria sido abalada e paralizada pelo impasse entre parlamentarismo, de declarada maioria, e presidencialismo?

### Companhia limitada

A bancada do PDT na Constituinte está tão identificada com o presidente Sarney que, além do presidencialismo, está defendendo a permanência, na nova Constituição, do direito presidencial de emitir decretos-leis. A continuidade deste instrumento do autoritarismo figura na agenda presidencialista elaborada pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e apresentada à Constituinte sob a assinatura do deputado Theodoro Mendes.

O brizolismo tem razões que a razão não ignora.

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, manteve no seu substitutivo o sistema parlamentarista de governo.

Aproveitou sugestão do grupo parlamentarista do Congresso constituinte que, por intermédio de seu coordenador, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), entregou o texto ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), ontem, às 16h30. Parlamentares presidencialistas já admitem que os adeptos deste regime podem ser minoria na Comissão de Sistematização (veja reportagem abaixo).

Do encontro com Ulysses Guimarães ainda os senadores José Richa (PMDB-PR), Ronan Tito (PMDB-MG), José Fogaça (PMDB-RS) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ); e os deputados Octávio Elísio (PMDB-MG), Artur da Távola (PMDB-RJ), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA), Antônio Britto (PMDB-RS), Euclides Scalco (PMDB-RJ), Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Antônio Mariz (PMDB-PB), José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrade (PDS-MG). Estes constituintes lideram as diferentes tendências parlamentaristas no Congresso constituinte.

A implantação do sistema parlamentarista deverá ser gradual, segundo o substitutivo. A partir da promulgação da Constituição o presidente José Sarney terá ainda um ano



Ulysses (esq.) reuniu-se ontem com deputados e senadores adeptos do parlamentarismo, como Scalco e Carneiro (à sua dir.).

de mandato no sistema presidencialista. Neste período, deverá nomear um primeiro-ministro com atribuições definidas a critério do presidente. A principal função desse primeiro-ministro será a de preparar a transição para o sistema parlamentarista. Até a abertura da sessão legislativa de 1989 não poderá haver dissolução da Câmara.

Após a implantação do sistema parlamentarista, no início de 1989, a

destituição do governo poderá ocorrer nos seguintes casos: no começo da legislatura, com a rejeição do programa de governo; aprovação de censura; não obtenção de voto de confiança; morte, renúncia ou impedimento do primeiro-ministro. No caso da dissolução, o presidente da República deverá fixar a data da eleição, observado o prazo máximo de sessenta dias.

de Estado e comandante supremo das Forças Armadas. Pode nomear e exonerar o primeiro-ministro e, por proposta deste, os ministros de Estado; sancionar, promulgar e fazer publicar as leis; vetar projeto de lei, parcial ou totalmente; convocar e presidir o Conselho de Defesa Nacional, entre outras atribuições.

O primeiro-ministro será nomeado dentre os membros do Congresso Nacional.

# Deputados sarneyzistas já admitem derrota

Dois dos líderes do bloco sarneyzista no Congresso constituinte admitem a possibilidade de derrota dos presidencialistas na Comissão de Sistematização, que começa a votar o substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) na próxima quinta-feira. "Os parlamentaristas estão se tornando maioria na comissão", disse no final da tarde o líder do PFL na Câmara e no Congresso constituinte, deputado José Lourenço (BA), 54. A outra liderança sarneyzista a admitir, ainda que implicitamente, a hipótese de uma vitória parlamentarista foi o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), 53.

Prisco Viana reconheceu que os presidencialistas são minoritários, apesar de dizer que a vitória da tese parlamentarista ainda não é certa, com base em projeções para a votação entre os 93 membros da Comissão de Sistematização. O número mágico na comissão é 47.

Prisco Viana reconheceu que os presidencialistas são minoritários, apesar de dizer que a vitória da tese parlamentarista ainda não é certa, com base em projeções para a votação entre os 93 membros da Comissão de Sistematização. O número mágico na comissão é 47.

Essa mesma posição já fora transmitida aos líderes do chamado "grupo parlamentarista", entre eles o deputado federal Euclides Scalco (PMDB-PR), líder em exercício do PMDB no Congresso constituinte, e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do PMDB no Senado.

O general Leonidas sempre fez profissão de fé presidencialista, postura acompanhada por todos os demais chefes e ministros militares, embora o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), seja pessoalmente parlamentarista. A posição dos militares contra o parlamentarismo chegou, inclusive, a ser esgrimida como arma pelos presidencialistas.

O que não ficou claro é se o general Leonidas definiu para o senador Richa qual é o tipo de parlamentarismo que aceita e nem o prazo para a sua implantação. Mas o grupo parlamentarista interpretou a mensagem do general como a aceitação apenas da fórmula gradualista, defendida pelo próprio Richa e, afinal,

Qualquer dos grupos precisa ter ao seu lado pelo menos este número de parlamentares, que perfazem 50% mais um dos membros da comissão. Segundo as contas de Prisco Viana, são "absolutamente certos" os votos de 43 constituintes. Ele deposita suas esperanças em outros deztoito, que qualifique como "reversíveis". Se estes deztoito são "reversíveis", ou seja, precisam ter seu voto, parlamentarista, revertido em favor do presidencialismo, as contas do deputado baiano indicam que atualmente o placar na comissão é de cinquenta parlamentaristas contra 43 presidencialistas.

O pessimismo dos sarneyzistas foi transmitido pessoalmente ao presidente José Sarney ontem, no começo da noite, pelo deputado Milton Reis (PMDB-MG), 58, secretário-geral do PMDB. "Se tudo correr bem, poderemos chegar, no máximo, a 48 votos", disse o deputado a Sarney, o

que equivale dizer que, com otimismo, pelos cálculos de Reis, os presidencialistas terão somente um voto a mais que a maioria absoluta na comissão.

Durante a conversa, Sarney tentou acalmar o secretário-geral peemedebista. Depois de repetir que não modificaria sua posição favorável ao presidencialismo, Sarney disse que já conta com 51 votos na comissão e que este número pode chegar a 54. O nó da diferença entre a previsão presidencial e a de Reis chama-se PFL. Para os 24 votos que o partido tem na comissão, o deputado peemedebista prevê treze destinando-se ao presidencialismo e onze ao parlamentarismo, enquanto Sarney conta com vinte votos presidencialistas, dois parlamentaristas (o senador Afonso Arinos e a deputada Sandra Cavalcanti) e dois ainda estariam indefinidos.

Os números referentes ao PFL com

que Sarney tentou acalmar Milton Reis lhe foram transmitidos pelo próprio presidente do partido, senador Marco Maciel (PE). No entanto, depois de um encontro com Cabral na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pouco depois das 13h, Maciel comentou a possibilidade de vitória dos presidencialistas com uma única frase: "A esperança é a última que morre".

Outro motivo para o pessimismo dos presidencialistas sarneyzistas é a posição do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). Presidencialista de boca, Ulysses tem dado, a cada dia, demonstrações de que se inclinara para o parlamentarismo se esta for a disposição majoritária na bancada de seu partido. Ontem, ao receber a emenda unificada dos parlamentaristas, Ulysses afirmou que "independentemente da minha convicção pessoal, estão a Pátria, o país e o povo".

# Leonidas diz a Richa que aceita parlamentarismo

CLÓVIS ROSSI  
Da Reportagem Local

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, já comunicou ao senador José Richa (PMDB-PR), seu amigo há 25 anos, que aceita a implantação do parlamentarismo, se essa for a decisão do Congresso constituinte a respeito do sistema de governo.

Essa mesma posição já fora transmitida aos líderes do chamado "grupo parlamentarista", entre eles o deputado federal Euclides Scalco (PMDB-PR), líder em exercício do PMDB no Congresso constituinte, e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do PMDB no Senado.

O general Leonidas sempre fez profissão de fé presidencialista, postura acompanhada por todos os demais chefes e ministros militares, embora o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), seja pessoalmente parlamentarista. A posição dos militares contra o parlamentarismo chegou, inclusive, a ser esgrimida como arma pelos presidencialistas.

O que não ficou claro é se o general Leonidas definiu para o senador Richa qual é o tipo de parlamentarismo que aceita e nem o prazo para a sua implantação. Mas o grupo parlamentarista interpretou a mensagem do general como a aceitação apenas da fórmula gradualista, defendida pelo próprio Richa e, afinal,

## Sarney planeja ofensiva em café com 7 ministros

Da Sucursal de Brasília

Sete ministros totamam ontem café da manhã com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, com o objetivo de acertar os detalhes de uma ofensiva em defesa do presidencialismo. "Agora as posições estão claras, as cartas estão na mesa", afirmou o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, porta-voz do encontro. Segundo ele, os presidencialistas têm maioria dentro da Sistematização e do plenário constituinte, e espera-se que a questão se resolva no voto.

Na reunião —disse Costa Couto— não se tratou da distribuição dos cargos votos que o governo tem e que poderia usar junto aos constituin-

tes. Participaram do encontro os ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Ivan Mendes (Serviço Nacional de Informações-SNI), Deni Schwartz (Desenvolvimento Urbano), Jorge Bornhausen (Educação), Aníbal Teixeira (Planejamento) e Raphael de Almeida Magalhães (Previdência).

**Pé do Rádio**  
Sarney disse ontem no programa "Conversa ao Pé do Rádio" que é contra o parlamentarismo porque "não temos uma velha tradição partidária ou burocracia constituída em carreira e selecionada pelo mérito". Disse também não defender os cinco anos de mandato por interesse pessoal, mas sim porque "esse prazo é o melhor para o país".

incorporada por todo o grupo parlamentarista, na proposta ontem fechada. Ela prevê um período de transição de doze meses, durante os quais não poderá haver moção de censura aos ministros.

A neutralização do ministro do Exército, na discussão em torno do sistema de governo, ajudou a encorpar o grupo parlamentarista, que, ontem, contabilizava 54 votos, dos 93 da Comissão de Sistematização, graças à adesão do petebista Francisco Rossi (SP) e de mais um parlamen-

o presidencialismo perde na Sistematização.

2 — O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), andou ameaçando retirar da Comissão de Sistematização os petelistas que fossem favoráveis ao parlamentarismo, em típica reação de quem se sente em minoria. Mas a ameaça de Lourenço acabou sendo contraproducente: o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidencialista, telefonou à sua colega Sandra Cavalcanti (RJ), parlamentarista, para dizer que, se Lourenço levasse à prática a sua ameaça, Dornelles votaria pelo parlamentarismo, contrariando a sua postura presidencialista.

Os parlamentaristas agregam um terceiro indicio de que são maioria, embora este seja bem menos claro: o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, no discurso com que recebeu a proposta do grupo, "foi muito simpático" em relação à tese, na visão de Scalco. Ulysses é presidencialista histórico, mas costuma antecipar-se aos ventos políticos, para não passar por derrotado.

É claro que a eventual vitória do parlamentarismo na Sistematização não encerra o assunto: ainda haverá a votação no plenário do Congresso constituinte, onde o governo poderá modificar o quadro e obter o presidencialismo que deseja. Mas, nessa fase, será preciso reunir 280 votos contra a proposta que sair da Sistematização, um número nada fácil de se atingir.

# Comissão terá 15 dias para analisar dez mil emendas

Do enviado especial a Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, com 93 membros, definiu ontem as regras de suas sessões plenárias, com o início marcado para a próxima quinta-feira (veja o quadro). Durante essa etapa do cronograma (quinze dias de discussão e votação), deverão ser apresentados de 6 mil a 10 mil pedidos de destaque. A versão da Comissão será submetida ao plenário da constituinte (em voto nominal e aberto), com 559 membros, que votará o texto final.

Se um parlamentar, individualmente, seu grupo ou partido discordarem do que estipula um artigo, um parágrafo ou um inciso do substitutivo, ele pode pedir destaque, para que o dispositivo seja derrubado ou substituído por outro. Os pedidos precisam da assinatura de doze constituintes, e um pedido para a inclusão de seis. As votações só ocorrerão com a presença da maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização (47). Para que o destaque seja aceito, também são necessários 47 votos. A falta de quórum significará a suspensão da sessão.

Aprovado um destaque, tornam-se caducos os demais que versam sobre o mesmo tema. Qualquer constituinte

PRAZOS DA SISTEMATIZAÇÃO	
Este é o calendário dos trabalhos da Comissão de Sistematização:	
19 de setembro	— A comissão tem prazo de dois dias para publicação e distribuição do substitutivo.
21 de setembro	— Prazo de dois dias para requerimento de pedidos de destaques.
23 de setembro	— Organização dos pedidos de destaque pela Comissão de Sistematização.
24 de setembro	— Início do prazo de quinze dias para discussão e votação do substitutivo.
09 de outubro	— Redação final do substitutivo.
10 de outubro	— A comissão tem dois dias para publicação e distribuição do substitutivo.
12 de outubro	— Encaminhamento do projeto definitivo ao plenário do Congresso constituinte, onde permanece por quarenta dias para discussão e votação em primeiro turno. A data ainda deve ser confirmada.

podrá pedir destaque e terá o direito de defendê-lo. Votar, entretanto, é um direito exclusivo dos 93 membros da Comissão. (JBN)

# Em 84, Folha acompanhou de perto votação por diretas

Da Redação da Folha e da Reportagem Local

No dia 26 de abril de 1984, a Folha estampou em sua primeira página uma relação com a posição de cada parlamentar na votação, que havia terminado na madrugada do mesmo dia, da emenda Dante de Oliveira, que previa eleições para presidente em 15 de janeiro de 1985. Sob um grande "Sim", estavam os nomes dos 298 deputados que votaram favoravelmente à emenda —posição apoiada, na época, por este jornal— e, abaixo, sob um "Não", vinham aqueles que se posicionaram contra as "diretas já" (65), se ausentaram (112) ou se abstiveram (3). Embora tivesse recebido a maioria de votos na Câmara, a emenda não conseguiu atingir os dois terços exigidos para alterações na Constituição (faltaram 22 votos).

Durante todo o período em que a emenda das "diretas-já" foi o centro das atenções do país, a Folha acompanhou de perto, permitindo que seus leitores também o fizessem, a atuação de cada deputado. Para que os eleitores pudessem manifestar aos congressistas seu desejo de que as "diretas-já" fossem aprovadas, o jornal publicou, no dia 22 de abril, o



telefone dos gabinetes de todos os parlamentares. Publicou, ainda, no dia 26 de abril, os nomes dos que tinham se comprometido a votar a favor da emenda, mas que acabaram não comparecendo ao plenário.

A Folha acompanhará a presença e voto de cada um dos 93 membros da Comissão.

# Os prejudicados pelo voto contra

Comprometidos com as eleições indiretas e com a campanha do então deputado Paulo Maluf à Presidência da República em abril de 84, muitos políticos que, pelo voto contrário ou pelo subterfúgio da ausência, ajudaram a derrotar a emenda Dante de Oliveira —das diretas-já— estão, hoje, afastados da política. Isto pelo simples fato de que não se reelegeram em novembro passado —muitos, atendendo o fracasso, sequer se dispuseram a disputar a reeleição.

O presidente da Câmara dos Deputados em abril de 84 —e candidato a vice-presidente na chapa malufista—, Flávio Marcílio, 70, que se ausentou de plenário no momento da votação da emenda, é, hoje, o primeiro suplente do PDS cearense para a Câmara e advogado em Brasília. O líder do partido do governo na época, deputado Nelson Marchezan, 49, que votou contra a emenda e queria ser senador, é bancário de profissão e cuida agora de sua fazenda no interior do Rio Grande do Sul. O deputado paulista Armando Pinheiro, 50, que em 84 coordenava a campanha malufista e votou, também, contra, tentou e não se reeleger.